COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.157, DE 2012

Cria o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito - CIFET, e acrescenta inciso ao art. 19 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a organização e manutenção desse cadastro.

Autor: Deputado LÁZARO BOTELHO

Relator: Deputado EDSON EZEQUIEL

I - RELATÓRIO

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Deputado Lázaro Botelho, tem por objetivo criar o Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito – CIFET, o qual deverá ser organizado e mantido pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

Destinado a armazenar diversos dados sobre os radares e outros dispositivos utilizados na fiscalização de trânsito, o CIFET deverá ter suas informações disponíveis para consulta pública via internet, sendo consideradas inválidas as infrações registradas por equipamento que não esteja devidamente cadastrado no CIFET.

Conforme a proposta, o cadastro contará com uma série de informações sobre os radares, tais como sua localização, data da aferição pelo INMETRO, do início da operação e da inscrição no CIFET, além de estudos técnicos que justifiquem a instalação e termos de contratação do serviço.

De acordo com a justificativa do autor, embora a fiscalização eletrônica seja eficiente e eficaz, é preciso tomar medidas que garantam a transparência e a correta utilização desses equipamentos, para que essa modalidade fiscalizatória não se preste a ações abusivas ou com foco exclusivo na arrecadação.

Nos termos do inciso XX do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão de Viação e Transportes pronunciar-se quanto ao mérito da proposta. Na sequência, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania deverá pronunciar-se quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do projeto, que tramita em regime de apreciação conclusiva pelas Comissões.

No prazo regimental, não foram recebidas emendas à proposição.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

De pronto, entendemos ser louvável a ideia de se criar um Cadastro Nacional de Instrumentos Fixos de Fiscalização Eletrônica de Trânsito, ao qual o autor atribui a sigla “CIFET”, bem como consideramos adequado remeter sua manutenção e organização ao Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN.

Não são raras as denúncias relacionadas ao mau uso dos equipamentos de fiscalização eletrônica, muitas delas relacionadas à chamada indústria das multas. O combate à utilização desses equipamentos com caráter meramente arrecadatário passa, certamente, pela maior transparência de todo o processo de fiscalização, especialmente a correta aferição dos aparelhos de acordo com as normas metrológicas vigentes.

Também não se pode negar a importância da instalação justificada dos equipamentos, notadamente em locais cuja presença da fiscalização contribua efetivamente para a melhoria das condições de segurança do trânsito.

Sabemos que a Resolução nº 396, de 2011, do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN – estabelece, para os medidores de velocidade do tipo fixo, que deve ser realizado estudo técnico que comprove a necessidade de controle ou redução do limite de velocidade no local, bem como determina que os estudos técnicos devem estar disponíveis ao público na sede do órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via.

Apesar dessa normatização, julgamos que a proposta contida no projeto de lei, qual seja, a criação do CIFET e a divulgação das informações nele contidas na internet, representa a real democratização dessas informações, por meio de ferramenta essencial à transparência nos dias atuais, que é a rede mundial de computadores.

Ademais, devemos lembrar que o projeto de lei amplia a gama de informações referentes aos aparelhos de fiscalização – as quais passarão a ser armazenadas no CIFET e divulgadas – bem como as prevê para qualquer tipo de equipamento de fiscalização eletrônica fixo (detectores de avanço de sinal, de tráfego em faixa exclusiva etc.), e não apenas para os medidores de velocidade.

Pelo exposto, por julgarmos ser matéria favorável à transparência e à credibilidade da gestão do trânsito, bem como necessária para combater o mau uso dos equipamentos de fiscalização, nosso voto é pela APROVAÇÃO, quanto ao mérito, do Projeto de Lei nº 3.157, de 2012.

Sala da Comissão, em de de 2013.

Deputado EDSON EZEQUIEL
Relator